



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150821 - RO (2021/0232920-1)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
RECORRENTE : RONALDO PEREIRA DE SOUZA (PRESO)
ADVOGADOS : HUGO HENRIQUE DA CUNHA - RO009730
DENILSON SIGOLI JUNIOR - RO006633
VALDÉRIA ANGELA CAZETTA - RO005903
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por RONALDO PEREIRA DE SOUZA contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA (HC n. 0803541-87.2021.8.22.0000).

O recorrente foi preso preventivamente, em razão das investigações que culminaram na Operação Xequê-Mate, na qual se apura organização criminosa contumaz na prática de crimes de homicídio com características de grupo de extermínio, tráfico de drogas, roubo e extorsão.

Sustenta que o decreto construtivo careceria de fundamentação idônea.

Aduz que não haveria contemporaneidade entre os fatos que lhe foram imputados e a decisão que decretou a segregação antecipada.

Afirma que não haveria fatos novos passíveis de justificar a imposição de medida extrema.

Alega que não estariam presentes os requisitos necessários para a decretação do encarceramento provisório, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Argumenta que a prisão preventiva poderia ser substituída por medidas cautelares diversas.

Requer, liminarmente e no mérito, que lhe seja concedida liberdade, mediante ou não a imposição de medidas alternativas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado, constata-se que foram declinados os fundamentos para a manutenção da prisão do recorrente, consoante se extrai da seguinte passagem (fls. 1.291/1.294):

Depreende-se dos autos que a autoridade representou pela medida cautelar de prisão preventiva e busca e apreensão, visando instruir o inquérito policial nº 101/2018/1ªDPMTN1, o qual desencadeou a “Operação XequêMate”, tendo como objeto a investigação do crime de constituir e integrar organização criminosa qualificada pelo emprego de arma de fogo e participação de adolescente, relacionados com a “família Mato Grosso”, do Município de Monte Negro/RO.

A prisão preventiva do paciente foi decretada no dia 29/03/2021, em razão da representação pela preventiva requerida pela autoridade policial, onde consta que as investigações apontam que RONALDO PEREIRA DE SOUZA é ex-cunhado da pessoa indicada como líder da organização “CELSO MATO GROSSO”, pois manteve relacionamento amoroso com “VANUZA MATO GROSSO” (assassinada em 2020). Após o término do romance com Vanuza, RONALDO passou a relacionar-se com a filha dela, a investigada “STEFANNY MATO GROSSO” Segundo apontam as investigações, o paciente atuava na célula da organização destinada ao levantamento de informações/elementos de inteligência, para que o grupo atingisse êxito em suas empreitadas criminosas.

Além disso, constataram o envolvimento e a participação do paciente com a organização criminosa no tocante aos fatos que culminaram no homicídio apurado em sede daquele apuratório e em outros, sobretudo em relação ao homicídio da vítima Mirian, o que motivou a instauração do IPL nº.

86/2020/1ªDPMTN, para apurar a conduta de RONALDO pertinente ao referido crime.

Consta, ainda, da apuração realizada pela polícia, que o paciente envolvimento e participação em delitos de homicídios, além de outros, apurados em autos apartados, além de beneficiar-se do lucro proveniente das extorsões praticadas pela ORCRIM (cobranças forçadas de dívidas).

O Ministério Público ofereceu denúncia no dia 29/04/2021, nos autos principais nº 0000477-67.2019.8.22.0002, em desfavor do paciente, além de outros corréus, em razão da prática dos delitos inculpidos no artigo 2º, caput, e §§ 1º, 2º, 3º e 4º, inciso I, da Lei 12.850/2013 e no art. 244-B da Lei nº 8.069/1990, na forma do art. 70 do Código Penal.

Não se verifica qualquer ilegalidade na decisão proferida pelo Juízo de Primeiro Grau, estando devidamente fundamentada, observando-se os preceitos legais e as circunstâncias do caso concreto. em relação aos argumentos trazidos na impetração que discutem a inexistência Registre-se que, de provas suficientes quanto envolvimento do paciente nos fatos narrados, observo que se referem ao mérito da ação, cuja discussão ou obtemperação a respeito é incabível por meio desta via estreita e limitada, que se afigura inapropriada para a análise de elementos subjetivos e probantes constantes dos autos ou, ainda, para a valoração de testemunhos, consoante assentado solidamente pela jurisprudência (STF HC 103142).

É de conhecimento que o art. 312 do Código de Processo Penal estabelece que “a prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da

instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.” Infere-se que, para a decretação da prisão preventiva não se exige prova concludente da autoria delitiva, reservada à condenação criminal, mas apenas indícios suficientes desta.

Também não se desconhece que a prisão preventiva, no atual estágio do ordenamento jurídico constitucional, é medida de exceção, sendo cabível somente às hipóteses em que ficar concretamente demonstrada alguma das situações previstas no art. 312 do CPP, sob pena de se caracterizar verdadeira antecipação da pena e violar o princípio constitucional da presunção de inocência.

Sobre o paciente, assim concluiu o Delegado de Polícia que presidiu as investigações (ID 12013570): "Ficou incontestado a participação de RONALDO no respectivo homicídio, com base no artigo 29, do CP, posto que concorreu para o crime. RONALDO conforme se mostra nos autos, integra a ORCRIM denominada FAMÍLIA MATO GROSSO. Ele faz parte da tratativas bando, inclusive consta que tinham um laço grande de amizade com a falecida Vanuza Mato Grosso, seja porque namorou a filha de Vanuza e até mesmo porque se envolveu amorosamente com a própria Vanuza. Na morte dela, disse a proprietária do Bar local do crime que lavaria o sangue dela com muito carinho. RONALDO no dia da morte de Edilson (IP 30/2020) foi ao local depois do fato e disse de forma clara que mais pessoas morreriam, inclusive informando que a Mirian morreria, sendo certo, que exatamente uma semana depois Mirian morreu, confirmando o poder de conhecimento sobre os fatos por parte de RONALDO. Mas o porque RONALDO fez tal afirmação: ora, RONALDO por integrar a ORCRIM denominada FAMÍLIA MATO GROSSO existente a mais de 10 anos em Monte Negro/RO, fez temor, mostrar que tem conhecimento do que ocorre na cúpula da ORCRIM e também pela sensação de impunidade, visto que até então nunca de forma tão incisiva a ORCRIM denominada FAMÍLIA MATO GROSSO havia sofrido com a atuação da Justiça (...)

No caso em exame, observa-se que a existência de indícios de materialidade e autoria do crime, o que justifica o decreto prisional cautelar, destacando o Juízo coator que (ID 12243079): “(...)No presente caso, à luz dos elementos constantes nos autos, não se pode olvidar da existência do crime de ORCRIM, além dos veementes indícios de autoria em desfavor dos representados, cuja as condutas foram devidamente delineadas por este juízo nos parágrafos descritos alhures (...)

Ademais, o Magistrado de primeiro grau indicou de maneira clara e suficiente as razões pelas quais decretou a prisão preventiva salientando que “(...) Os

fatos são extremamente graves e de grande repercussão para ordem social, sobretudo para esta Comarca e para a região em si. Isso em razão de se tratar de investigação do crime de constituição e integração de organização criminosa qualificada pelo emprego de arma de fogo e participação de adolescente, 111) tipificado no art. 2º, §§ 1º, 2º, 3º e 4º, inciso I, da Lei 12.850/2013, que é um crime classificado como de mera conduta, cuja demonstração da materialidade dispensa a prova de resultado naturalístico. Desse modo, a suposta conduta dos representados de integrarem a ORCRIM, a qual é contumaz na prática de crimes de homicídio qualificado com características de grupo de extermínio, tráfico de drogas. Roubo e extorsão (cobranças de dívidas mediante recompensa) etc, demonstra de modo indubitável a gravidade dos fatos e a necessidade da prisão cautelar, para assegurar a garantia da ordem pública. Assim, necessária a constrição de sua liberdade pela prisão preventiva, pois presente o periculum libertatis. Aliás, a necessidade de garantia da ordem pública decorre do fato de tratar-se de crime grave de estelionato e ORCRIM, bem como as razões já expostas também conduzem à necessidade de segregação dos representados para garantia da ordem pública e para conveniência da instrução criminal. Além disso, a prisão dos representados se faz necessária, para assegurar a aplicação da lei penal, pois de acordo com os autos investigativos, a associação criminosa, ainda, persisti na reiteração de crimes na atualidade, mesmo tendo alguns de seus membros presos por outros crimes e outros foragidos(...)"

Nesse contexto, entendo que não há qualquer ilegalidade na decisão da autoridade impetrada, uma vez que a prisão preventiva se mostra ainda imperiosa, sendo inadequadas e insuficientes as , medidas cautelares alternativas à prisão, porquanto, a ordem pública deve ser preservada, já que o paciente demonstrou possuir conduta voltada à prática de crime organizado com finalidade de sobretudo em relação ao cometimento de crimes de homicídio, roubo, extorsão e tráfico de drogas, homicídio da vítima Mirian, o que motivou a instauração do IPL nº. 86/2020/1ªDPMTN, circunstâncias estas suficientes a demonstrar a habitualidade na prática delitiva.

Sendo assim, diante dos crimes graves investigados, da periculosidade do paciente e da necessidade de garantir a efetiva colheita das provas, não há dúvida de que a segregação cautelar se faz necessária.

Nesse contexto, afasta-se a plausibilidade jurídica da medida de urgência e reforça-se a impossibilidade de sua concessão no caso em tela.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência